

6

Roma antiga: ênfase nas trocas comerciais e surgimento do pobre como classe social.

As cidades-estado na Grécia Clássica criaram condições políticas que promoveram a estabilidade local, mas o Império Romano estabeleceu uma vasta área onde as trocas comerciais poderiam ser realizadas com relativa segurança (TEMIN, 2006).

Todas as sociedades organizam a função econômica com uma composição de redistribuição, reciprocidade e trocas comerciais. Temin (2006) defende que no Império Romano o mercado assumiu um papel relevante: a produção em larga escala e a alocação de recursos eram governados pelas forças de mercado. Esta forma de organização promoveu a exploração da vantagem competitiva e ajudou a estabilizar a política, permitindo assim um crescimento econômico que resultou na prosperidade de Roma.

O autor explica que a análise da economia de Roma Antiga é baseada em inferências. Os romanos registravam seus dados num material que não sobreviveu à passagem do tempo, portanto as evidências da vida econômica podem ser encontradas em outros documentos arqueológicos que foram preservados: proclamações impressas em pedra, papiros conservados no clima seco do Egito, entre outros. O autor continua sua explanação dizendo que as fontes econômicas são indiretas e posteriores ao fato. Indiretas porque são indicações de atividades econômicas em registros sobre outros assuntos e posteriores porque muitas vezes são cópias e transcrições de documentos antigos cujos originais se perderam.

As evidências diretas são, portanto, raras e valiosas. Um documento importante que sobreviveu ao tempo é o papiro Muziris, que contém o registro de um empréstimo marítimo de grande porte, de uma viagem que começou no Mar Vermelho. A segunda forma de evidência direta é arqueológica: construções, aquedutos e portos, assim como objetos de cerâmica, vidro e metal podem indicar aspectos da economia antiga (TEMIN, 2006).

6.1. O padrão de vida em Roma antiga

Até hoje turistas se encantam com os templos, banhos, estradas e aquedutos de Roma. “Roma em 100 d.C. tinha ruas pavimentadas, esgoto, abastecimento de água e proteção para incêndio melhores do que as capitais européias em 1800” (MOKYR, 1990, p. 20, tradução nossa). Estudiosos procuram entender as razões que causaram a aparente prosperidade de Roma. Infelizmente as evidências que comprovam as teorias são limitadas e controversas.

O mundo romano era pré-industrial. Sua economia era baseada fundamentalmente na agricultura e sua população na maioria rural. A expectativa de vida era baixa (entre 20 e 30 anos), havia muita insuficiência nutricional (OSBOURNE, 2006).

Renda e propriedade eram distribuídas de forma bastante desigual. Uma reduzida elite composta por poucas centenas de senadores e alguns milhares de cavaleiros detinha grande parte da riqueza, principalmente sob a forma de terra (GOLDSMITH, 1984). No outro extremo havia os agricultores e os lavradores que trabalhavam na terra, que podiam ser escravos ou livres. A classe intermediária (mais próxima da classe mais baixa) era composta por homens de negócio ou prestadores de serviço, entretanto este grupo era muito pequeno para ser chamado de classe média, uma denominação mais apropriada seria trabalhadores qualificados (TEMIN, 2006, p. 136).

Peter Brunt (1987, p. 383), citado por Scheidel (2006, p. 44) defende que não existe evidência de uma classe média em Roma “entre os senadores, ‘equites’ e os pobres, exceto por alguns homens ricos” Jerry Toner (2002, p. 50-51), citado por Scheidel (2006, p. 44) acrescenta: “não existe classe intermediária... na realidade a população era 99% pobre, 0,4% militar, 0,6% rica”.

Roma era uma cidade administrada para o benefício dos ricos. Como resultado, os pobres permaneciam pobres, o processo político era corrupto e os ricos estavam sujeitos às pressões populares e temiam a redistribuição das propriedades. (STEDMAN JONES, 2004, p. 36-38)

Pobreza na era pré-industrial estava relacionada com o acesso à propriedade de terra. Aqueles que possuíam terra ou que pudessem alugá-la poderiam garantir sua subsistência desde que a terra fosse grande o bastante e o clima favorável. O tamanho e a qualidade do clima ideal são aspectos bastante debatidos, em geral grandes proprietários de terra possuíam mais riqueza do que os pequenos, mas a diferença entre eles depende do acesso que têm aos mercados. Muitos têm motivos para temer a falta de comida, mas para aqueles com acesso à terra a ameaça de fome era episódica e não endêmica (OSBOURNE, 2006).

6.2. As transações comerciais

Uma boa forma de iniciar a investigação da economia romana é estudar o abastecimento de alimentos para a população da cidade. No início do império a população de Roma estava estimada em aproximadamente 1 milhão de habitantes, portanto precisavam de grande quantidade de suprimentos, algo em torno de 150.000- 300.000 toneladas de grãos por ano, mais azeite de oliva e vinho. Era mais barato transportar alimentos por via marítima. Os grãos eram embarcados da Sardenha, Sicília, Egito e África. O azeite de oliva vinha da Espanha e África. Se os grãos eram pagamentos de tributos ou diretamente requisitados pelas autoridades romanas, a transação era redistributiva: alguns tributos do Egito e África eram pagos através dos grãos produzidos localmente, e eles eram distribuídos gratuitamente em Roma (esta distribuição chamava-se *annona*), mas somente de 15 a 30% dos grãos que chegavam a Roma eram distribuídos desta forma. Caso o grão fosse vendido pelos agricultores representava uma transação comercial voluntária (TEMIN, 2006).

A maioria dos grãos importados era de propriedade privada. Os navios que faziam o transporte dos grãos também eram propriedade privada (inclusive os que traziam o *annona*), embora o limite entre público e privado não ser muito claro. Os comerciantes de grãos faziam uso de agentes, empréstimos e da legislação do império para compensar os riscos (TEMIN, 2006).

Hopkins (1978, p. 68–69, tradução nossa) estima que a “península italiana estava 30% urbanizada no início do Império Romano”. Evidências arqueológicas indicam que a população crescia no início do Império, donde se sugere que o consumo deveria estar pelo menos um pouco acima do nível de subsistência. A cidade de Roma aproveitou a vantagem de ser o centro de um grande império e rede comercial. Importava alimentos de toda a região mediterrânea formando uma rede integrada de transporte que explorava esta vantagem competitiva (TEMIN, 2006).

Segundo Morley (2006), na cidade de Roma a urbanização e a pobreza andavam lado a lado. A pobreza urbana tende a ser mais severa que a pobreza rural. Na cidade, os pobres não têm acesso direto aos meios de subsistência, não tem outra forma de obter comida que não sejam o mercado, a caridade e o roubo. O peso maior recai para os recém chegados na cidade: a decisão de migrar separam-nos da estrutura social em que viviam, enquanto os já estabelecidos tiveram oportunidade de criar novas redes de relacionamento. A severidade da pobreza em Roma era agravada por dois fatores diretamente relacionados com o tamanho da cidade: em primeiro lugar, a grande concentração de pessoas tornava mais difícil e cara a tarefa de prover alimento. Apesar de Roma ser um mercado atraente e lucrativo para mercadorias, os grãos deviam ser transportados por grandes distâncias e o volume das mercadorias criava problemas de logística nas imediações da cidade, o que acarretava no aumento do preço dos produtos e a probabilidade de haver interrupções no abastecimento.

Nos tempos de escassez, as comunidades eram divididas entre aqueles que tinham ou não abastecido sua despensa. Os que não tinham estoque de comida eram obrigados a pagar preços exorbitantes nos mercados. Com isso sua condição deteriorava-se rapidamente e era necessário buscar outra atividade econômica. Muitos ficavam tentados a vender a si mesmos ou aos filhos como escravos. Já os fracos e doentes viviam da caridade de sua família, amigos ou estranhos (OSBOURNE, 2006).

O impacto econômico da cidade de Roma foi significativo devido ao tamanho e à concentração de pessoas na cidade. Isto provocou uma grande demanda por alimentos, vestuário, moradia e também por bens que representassem status para se destacar na sociedade. Junto com a demanda por bens, temos a demanda por trabalho: não apenas para assegurar a distribuição de suprimentos para uma grande área habitada, mas também para

assegurar que as mercadorias iriam chegar às pessoas que as necessitavam. (OSBOURNE, 2006)

6.3. Mercado de trabalho

Nem todos os que não eram proprietários de terra eram pobres, a partir do século VIII AC houve significativa urbanização na Grécia e Itália. A proporção de pessoas empregadas como artesãos ou na indústria de serviços era pequena em relação à agricultura. Apesar disso, muitas pessoas subsistiam e outras enriqueceram em atividades não ligadas à terra. As cidades eram focos importantes destas atividades, mas não o único: atividades ligadas à exploração de recursos naturais (mineração principalmente) estavam localizadas no campo. O desenvolvimento político diversificou as possibilidades de fontes de renda: tropas mercenárias, infantaria ou remadores eram serviços comuns no mundo clássico. Outra forma de subsistência para os não proprietários de terra era o cultivo. Em épocas de abundância quem tivesse o corpo forte poderia trabalhar na terra do proprietário em troca do cultivo para consumo próprio ou para venda. Para os que tinham um corpo forte, a pobreza era conjuntural (OSBOURNE, 2006).

Os próximos parágrafos sobre mercado de trabalho e as seções: Desenvolvimento e tecnologia e Atuação da política e legislação na economia estão baseadas no artigo de Temin (2006), *The Economy of the Early Roman Empire*.

Alguns trabalhadores rurais recebiam por produção, outros uma diária. Havia também empregos de longo prazo com salário. Pessoas livres que trabalhavam nas minas ou nas galés também recebiam pagamento. Artesãos vendiam suas mercadorias e também as forneciam para patrões em troca de apoio econômico e social em longo prazo. As construções monumentais de Roma indicam a existência de mão de obra paga que poderia ser desviada para outra função. Contratos de trabalho, encontrados em sítios arqueológicos, provam a existência de um mercado de trabalho, sendo que a maior parte dos trabalhadores livres era rural.

O exército romano deve ser considerado à parte. O soldo permaneceu constante por muitas décadas. Quando o exército não estava lutando, os soldados construíam estradas e monumentos públicos perto de onde estavam posicionados. Já que normalmente estavam nas regiões de fronteira, isso não interferia no mercado de trabalho em Roma ou em outros centros.

O principal argumento que rebate a existência de um mercado de trabalho em Roma é a presença de escravos. Mas no início do império romano, especialmente nas cidades, os escravos podiam participar do mercado de trabalho quase da mesma forma que os homens livres. A libertação dos escravos, chamada *manumission*, era frequente – uma característica peculiar da escravatura romana. Os escravos podiam conquistar sua liberdade caso trabalhassem bem, demonstrassem ter habilidades ou se acumulassem *peculium* – uma espécie de moeda que os escravos possuíam. Apesar dos escravos não poderem possuir propriedades, o *peculium* era protegido por lei e um escravo libertado mantinha seu *peculium*.

Os escravos libertados também podiam manter o nome e as conexões de seus antigos donos e casar-se com cidadãos romanos. Casamentos de viúvas com escravos libertados eram bastante comuns, seus filhos e netos eram aceitos na sociedade romana. A combinação de *manumission* e oportunidades de integração à sociedade incentivava os escravos a agir bem para obter sua liberdade.

Algumas pessoas pobres se vendiam como escravos para terem melhores oportunidades e um emprego de longo prazo. Saller (2000, p. 835, apud TEMIN, 2006, p. 142, tradução nossa) declarou:

“As inscrições funerárias dos escravos libertados nas cidades italianas eram desproporcionalmente mais numerosas do que dos pobres nascidos livres. Este fato demonstra que os ex-escravos estão mais aptos a ter sucesso na economia urbana do que os pobres livres. Após a libertação, muitos escravos começavam a vida com seu próprio negócio e com instrução.”

A escravidão era a forma mais comum, legal e duradoura de contrato de trabalho. Os escravos exerciam todo tipo de atividades: rurais ou urbanas, inclusive gerenciais, como o *vilicus*, o administrador de uma fazenda. Os donos de escravos incentivavam sua educação já que a mesma aumentava seu valor. Pode-se dizer que os escravos romanos se assemelham aos aprendizes na Europa no início da Idade Moderna, no sentido de que estão inseridos no mercado de trabalho. Eles podiam substituir e serem substituídos por trabalhadores livres em diversas situações, como parte integrante da força de trabalho.

6.4. Desenvolvimento e tecnologia

Uma forma de avaliar o impacto da tecnologia é o nível de consumo acima da subsistência. Senadores e cavaleiros viviam bem e a urbanização era alta no império. A ajuda aos pobres vinha na forma de distribuição de alimentos (*annona*) e no abastecimento público de água. O governo também sustentava um exército de aproximadamente 250.000 homens. Sem atividades, os soldados poderiam causar mais distúrbio do que os inimigos externos, portanto eram mantidos pelo governo e utilizados em construções públicas (GOODMAN, 1997).

As inovações mais importantes foram o concreto e o arco romano que possibilitaram a construções de templos, banhos, aquedutos e teatros. O abastecimento de água já era usado em grande escala no primeiro século d.C. A classe mais alta era educada em Roma, assim como a maioria dos escravos urbanos. Aparentemente os trabalhos de nível gerencial eram ocupados por pessoas alfabetizadas e muitos trabalhadores qualificados também eram alfabetizados.

O crescimento econômico provavelmente foi um benefício para os muito ricos, enquanto os mais pobres sofriam com as doenças provocadas pelo contato entre pessoas de diversas regiões. Os romanos não gozavam de boa saúde, a expectativa de vida era em torno de 25 anos. Claro que nem todos os romanos eram doentes, mas viviam numa atmosfera propícia à transmissão de doenças, sendo que a malária era uma ameaça constante.

6.5. A atuação da política e legislação na economia

O império romano tinha instituições políticas que promoviam a atividade econômica. Um fator muito relevante para a prática econômica era a segurança e a chamada Pax Romana propiciou um ambiente favorável ao comércio. Quando a sociedade estabelece regras e cobra impostos de acordo com a lei cria-se a base para o crescimento econômico. Enquanto as cidades gregas do período clássico estabeleceram mecanismos para proteger a sociedade, os romanos criaram condições seguras para a prática de negócios.

A legislação romana é bastante conhecida, constituindo a base para o moderno sistema legal de muitas localidades européias. No século V a.C uma lista de direitos privados e procedimentos judiciais foram registrados na Lei das Doze Tabuas, a legislação que expressa a base do direito romano.

Uma variedade de instituições sociais informais complementava a legislação e os mercados: a rede de familiares e amigos oferecia proteção para momentos de crise.

6.6. Pobre como grupo social

Não existe consenso em como o pobre como grupo social pode ser identificado. A escolha de determinados critérios pode sempre ser contestada por suposições ideológicas. Muitos dos atributos que hoje são percebidos como indicativos de pobreza como: mortalidade infantil, analfabetismo e dieta próxima ao nível de subsistência eram comuns a grande maioria dos habitantes do mundo clássico (MORLEY, 2006).

Quando *Caracalla* em *Constitutio Antoniniana* AD 212 concedeu cidadania a todos os habitantes do império nascidos livres, o modelo cívico entrou em extinção. Quando não há distinção no status político, a distinção do status social só existe quando há também distinção no status econômico. A morte da cidade-estado provocou o nascimento da classe dos pobres (OSBOURNE, 2006).

De acordo com Morley (2006) pode-se estimar o que significava ser pobre em Roma levando-se em conta algumas características e princípios:

1 – Vulnerabilidade: ser pobre é estar vulnerável, sobretudo à escassez de comida.

Devido à instabilidade climática, política e guerras constantes todos na antiguidade estavam sujeitos a crises periódicas no abastecimento. Entretanto este risco tinha impacto maior naqueles que viviam próximos à margem de subsistência. Todos na cidade estavam sujeitos a infecções, mas a nutrição insuficiente e o fato de viver em ambientes insalubres junto com muitas outras pessoas faziam dos pobres o grupo mais suscetível às doenças.

2 – Exclusão: Em quase toda sociedade é necessário certo nível de riqueza para exercer seu papel no grupo social. Aos pobres era negada a oportunidade de participar das atividades sociais. Neste caso, os excluídos podem ser considerados como fazendo parte do grupo dos pobres.

A influência política e pesos do voto eram determinados pelo nível de riqueza. Portanto, em termos de ideologia dominante, os pobres não podiam exercer seu potencial como seres humanos. Outra barreira existia entre os cidadãos e não cidadãos - está claro que o italiano rico tinha muito mais chance de conseguir a cidadania que o imigrante pobre, que por sua vez poderia estar em situação social pior que alguns escravos. Em Roma, a maioria da população era excluída da política, mas a cidadania oferecia privilégios e proteção legal.

Tanto nas Cidades-Estado da Grécia quanto na República Romana o status político era considerado mais importante do que a riqueza. Como resultado, os pobres não eram considerados um grupo social distinto. Os cidadãos, mesmo os indigentes, eram diferenciados no seu status político dos não-cidadãos livres e dos escravos. A posse de cidadania e liberdade, nesta ordem, era mais importante em termos ideológicos do que o nível de riqueza (OSBOURNE, 2006).

3 – Vergonha: “Pobreza não é somente um problema econômico. É um estado social, político, psicológico e existencial que define a condição humana num dado ponto da história” (KOTHARI, 1993 apud MORLEY, 2006 p. 35, tradução nossa).

Um indivíduo pode sentir-se pobre por não ter escravos, por causa de suas roupas e sapatos (Juvenal 3.147 -51), porque precisa trabalhar sua própria terra ou porque não tem dinheiro suficiente para pagar o dote (Valerius Maximus, De Paupertate 4.4), porque tem que vender seu trabalho para outra pessoa (Cic. Off. 1.151; Sen. Ep. 88.21) ou porque está genuinamente desesperado e em privação. O senso de vergonha e inveja daqueles que estão injustamente em melhor situação provavelmente é o mesmo. (MORLEY, 2006 p. 35, tradução nossa)

Se o tamanho de Roma provocou a transformação do significado de cidadania, o imperialismo Romano difundiu a percepção de pobreza. Isto aconteceu de duas formas: Em primeiro lugar, a riqueza do império despertou nas pessoas a esperança de conquistar riquezas materiais – debates sobre pobreza tendem a aumentar num contexto de expectativa de enriquecimento. Em segundo lugar, para conseguir formar seu exército e expandir seu império, Roma aboliu o pré-requisito de que para ser soldado era preciso possuir propriedades. Este fato alterou a relação existente entre exército e propriedade de terra. Em Roma, este fato levou a uma identificação entre os legionários e os sem-terra de forma a provocar uma necessidade constante de subsidiar alimentos para os cidadãos pobres sem terra (OSBOURNE, 2006).

6.7. Conclusões do capítulo

Os autores Temin e Polanyi têm opiniões divergentes em relação à estrutura econômica e social de Roma Antiga.

Enquanto Temin (2006) defende que a economia romana era orientada para o mercado, Polanyi afirma que a estrutura da economia romana ainda estava enraizada nas formas sociais de transação, principalmente a redistribuição, em suas próprias palavras:

O período greco-romano, a despeito do seu conteúdo altamente desenvolvido, não representou qualquer ruptura neste sentido. Ele se caracterizou pela redistribuição de cereais, em grande escala, feita pela administração romana numa economia em tudo doméstica, e ele não se constituiu em exceção à regra vigente de que até o final da Idade Média os mercados não desempenharam papel importante no sistema econômico – prevaleciam outros padrões institucionais (POLANYI, 1944, p. 75).

Por outro lado, Temin (2006) defende que a melhor explicação para alto padrão de vida em Roma está no desenvolvimento do mercado: a transação de bens, trabalho e capital motivaram a especialização e a eficiência. As autoridades públicas criaram um ambiente propício para o desenvolvimento através do estabelecimento de serviços públicos e legislação adequada. Sugere também que o padrão de vida em Roma Antiga era similar ao padrão dos séculos XVII e XVIII na Europa, um fato extraordinário para uma economia da antiguidade. Ele argumenta que Roma atingiu este nível através da combinação entre a estabilidade política e as transações comerciais voluntárias.

Em relação à posição do pobre na sociedade romana, Scheidel (2006) afirma que dado o grande número de fatores que podem ser usados para avaliar o bem estar e a privação humana, muito trabalho ainda deve ser feito para avaliar a sociedade romana. O objetivo é fazer uma avaliação comparativa de diferentes “pobrezas”: não apenas a pobreza de quem era considerado pobre na época (ou pelos nossos próprios padrões), mas também a pobreza relativa das nações, que é determinada por certas configurações sociais, políticas, econômicas e ecológicas – que podem ser altamente específicas em termos de tempo e espaço.

Ao descrever a pobreza em Roma, Morley (2006) sintetiza o desafio do tema: Uma forma de definir quem era pobre em Roma é justamente o número desconhecido de pessoas que não conseguiram deixar nenhum marco no registro histórico. Não tinham recursos para terem um túmulo ou bens para deixar como rastro de sua passagem pela vida. Na ausência de registros arqueológicos, a tarefa do historiador é justamente identificar os espaços em branco.